doria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais, caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20230716019531-1
AUTUADO (A): EDINALDO CARDOSO DOS SANTOS
RG: 33599240
CPF: 301.547.388-32

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: ILHABELA/SP
Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa é de R\$10.000,00 (Dez mil reais), conforme decisão registrada em Ata da referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 27/12/2023. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20230701009030-1
AUTUADO (A): AGNALDO EZEQUIEL DO NASCIMENTO
RG: NÃO INFORMADO
CPF: 214.177.238-90

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SÃO SEBASTIÃO/SP
Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$1.080,00 (Um mil e oitenta reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 27/12/2023. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais, caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20221021012364-1
AUTUADO (A): EDIMILSON ZACARIAS FERRO
RG: 61147392
CPF: 009.945.504-80

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: UBATUBA/SP
Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$1.890,00 (Um mil oitocentos e noventa reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 27/12/2023. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais, caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 2020111006275-1
AUTUADO (A): DANIEL HILARIO DE VASCONCELOS
RG: 43039136
CPF: 332.555.358-32

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: UBATUBA/SP
Comunica-se que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental número 0000060001, firmado em 24/11/2020, foi considerado cumprido integralmente, ficando a área objeto da autuação desembargada. Ressalta-se que a área autuada por ser considerada especialmente protegida pela legislação, novas intervenções necessitam de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Considerando não haver pendências administrativas no âmbito deste processo, este será arquivado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20170923008346-1
AUTUADO (A): MARCELO COSTA SERRA
RG: 25498396
CPF: 227.886.288-03

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: UBATUBA/SP
Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$ 2.841,21 (Dois mil oitocentos e quarenta e um reais e vinte um centavos) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 27/12/2023. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação

de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20210311008515-2
AUTUADO (A): FABIANO NASCIMENTO DE SOUZA
RG: 37153297
CPF: 227.574.788-50

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: CARAGUATATUBA/SP
Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$126,00 (cento e vinte e seis reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 27/12/2023. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20210311008515-1
AUTUADO (A): LUCIO ALVES
RG: 41019993
CPF: 393.273.288-09

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: CARAGUATATUBA/SP
Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$162,00 (cento e sessenta e dois reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 20/12/2023. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20201008006655-1
AUTUADO (A): JANDEL DE SANTANA LIMA
RG: 57558776
CPF: 430.414.758-71

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: CARAGUATATUBA/SP
Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 20/12/2023. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20201008006606-1
AUTUADO (A): JANDEL DE SANTANA LIMA
RG: 57558776
CPF: 430.414.758-71

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: CARAGUATATUBA/SP
Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada pela unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até o vencimento do boleto em 20/12/2023. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso.

Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20201008006606-2
AUTUADO (A): JANDEL DE SANTANA LIMA
RG: 57558776
CPF: 430.414.758-71

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: CARAGUATATUBA/SP
Comunica-se que a sanção de advertência, referente ao Auto de Infração Ambiental, foi cancelada e aplicada a sanção de multa simples, de acordo com o §4º do art. 5º do Decreto Federal 6514/2008, em função de não terem sido sanadas as irregularidades dentro do prazo estabelecido pela legislação. O valor consolidado da multa é de R\$ 172,8 (cento e setenta e dois reais e oitenta centavos) e conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada, o débito será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019, bem como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20201008006433-1
AUTUADO (A): SEBASTIAO ALVES DINIZ
RG: 35436911
CPF: 660.199.074-49

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: CARAGUATATUBA/SP
Comunica-se que a sanção de advertência, referente ao Auto de Infração Ambiental, foi cancelada e aplicada a sanção de multa simples, de acordo com o §4º do art. 5º do Decreto Federal 6514/2008, em função de não terem sido sanadas as irregularidades dentro do prazo estabelecido pela legislação. O valor consolidado da multa é de R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais) e conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Assim sendo, de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, que verificou a não reparação do dano ambiental praticado, fica o (a) autuado (a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da presente publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Conforme previsto no artigo 13 do Decreto Estadual 64456/2019, firmar Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA, implica na redução da multa em 40% (quarenta por cento). Ademais, o valor restante a ser pago poderá ser parcelado em até (seis) 6 vezes, respeitando o valor mínimo das parcelas estabelecidas na legislação vigente. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada, o débito será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019, bem como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS

Extrato de Acordo de Cooperação

CONTRATO: AC 001/2023

PROCESSO nº SEI 020.00002512/2023-31

ICTESP: Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA

Fundação de Apoio: Fundação de Desenvolvimento da

Pesquisa do Agronegócio - FUNDEPAG

Objeto: Realização conjunta, sem transferência de recursos públicos, de atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo à inovação tendo por objeto a implantação do "Programa de Ensino e Extensão para Apoio à Inovação", doravante denominado PROGRAMA.

Vigência: 60 meses

Assinatura: 10/10/2023

EXTRATO DE EMPENHO (Decreto 61.476/2015) – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – FED - IPA - Instituto de Pesquisas Ambientais

Modalidade: Dispensa de Licitação – Art. 24, inciso II
Processo: SEI. 020.00011842-2023-17
Nota de Empenho: 2023NE00069

Data do Empenho: 17/10/2023

Contratante: FED – Chefe de Gabinete - IPA - Instituto de Pesquisas Ambientais - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Contratado: UNIAO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO LTDA
CNPJ: 19.614.012/0001-34

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção com recarga dos extintores pertencentes ao Instituto de Pesquisas Ambientais, localizados na Unidade Vila Mariana.

Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias.

Valor: R\$ 2.474,00 (Dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903980, UGE 260032, Programa de Trabalho: 18.122.2619.4276.0000

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

COMUNICADO

O Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, em cumprimento ao Art. 4º da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2018, faz publicar a relação dos municípios aptos a exercer as competências de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos de potencial impacto ambiental local, em conformidade com o disposto no Art. 9º, XIV, alínea "a", da Lei Complementar nº 140/2011:

- Município de Ferraz de Vasconcelos, se declara apto para exercer o licenciamento de baixo impacto ambiental de âmbito local nos termos do Anexo II e Anexo III da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2018 (Processo Digital SEI.020.00015435/2023-89).

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Portaria da Superintendente do DAAE de 18/10/2023.

Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto n. 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134 de 02/06/88, do Decreto n. 32.955 de 07/02/91, da Lei 7.663 de 30/12/91, do Decreto 63262 de 09/03/18 e da Portaria D.A.E.E. n. 1630 de 30/05/17, reti-ratificada em 24/06/2020.

A coordenada geográfica referente a Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22º0'34.780") - Longitude O (47º27'2.870") - Volume Diário: 1.200,00 m³; solicitada pelo Requerimento 20230010022-DMA; constante no artigo 1. da Portaria DAAE n. 3690, de 07/06/2023, publicada no DOE de 13/06/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22º0'23.630") - Longitude O (47º26'38.310") - Volume Diário: 1.200,00 m³; solicitada pelo Requerimento 20230010022-DMA."

A Portaria DAAE n. 3690, de 07/06/2023, publicada no DOE de 13/06/2023, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAAE 9303365 - Extrato de Portaria 6476/23.

Fica outorgada, em nome de LEA KEICO HORIY, CPF/CNPJ 04.757.539/0002-21, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-solução alternativa coletiva II, no município de Araçariquama, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23º25'57.360") - Longitude O (47º4'20.560") - Volume Diário: 200,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230004123-CUK. PO-321-00431. Processo DAAE 9838066 - Extrato de Portaria 6477/23.

Fica outorgada, em nome de TEREOS AÇUCAR E ENERGIA BRASIL S.A., CPF/CNPJ 47.080.619/0011-99, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Altair, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Rio Turvo - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º34'56.070") - Longitude O (49º8'37.130") - Volume Diário 2.730,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230018579-CDN. CA-56-00069.

- Captação Superficial - Córrego da Ponte Alta - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º32'30.700") - Longitude O (49º6'14.090") - Volume Diário 567,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230018582-MZG. CA-56-00020.

- Captação Superficial - Córrego da Ponte Alta - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º34'8.000") - Longitude O (49º8'3.000") - Volume Diário 1.050,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230018510-28C. CA-56-00071.

- Captação Superficial - Córrego Alegre - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º35'53.000") - Longitude O (49º3'57.000") - Volume Diário 630,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230018573-TSO. CA-56-00072.

- Captação Superficial - Córrego Fundo - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º35'30.680") - Longitude O (49º5'30.430") - Volume Diário 840,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230018577-IFT. CA-56-00018.

- Captação Superficial - Rio da Cachoeirinha - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º36'38.470") - Longitude O (49º5'15.080") - Volume Diário 5.460,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230019464-XCN. CA-56-00019.

- Captação Superficial - Córrego da Ponte Alta - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º34'26.230") - Longitude O (49º8'22.840") - Volume Diário 585,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230019476-INO. CA-56-00021.

- Captação Superficial - Rio Turvo - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20º34'9.500") - Longitude O (49º9'31.560") - Volume Diário 2.730,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230019482-DIW. CA-56-00070. Processo DAAE 9210876 - Extrato de Portaria 6511/23.

Fica outorgada, em nome de CARTONIFICIO VALINHOS S.A., CPF/CNPJ 45.992.476/0001-94, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins industrial, no município de Valinhos, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Ribeirão dos Pinheiros - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22º58'18.910") - Longitude O (46º59'28.950") - Volume Diário 2.160,00 m³ - Prazo 1 mês; Solicitado pelo Requerimento 20220022937-XVN. LA-278-00401.

- Captação Superficial - Ribeirão dos Pinheiros - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22º58'16.390") - Longitude O (46º59'30.000") - Volume Diário 1.920,00 m³ - Prazo 1 mês; Solicitado pelo Requerimento 20220022937-SDL. CA-278-00400. Processo DAAE 9803643 - Extrato de Portaria 6518/23.

Fica outorgada, em nome de FUMIO AKYAMA, CPF/CNPJ 412.007.998-87, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Tatui, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Córrego do Tanquinho - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23º20'53.890") - Longitude O (47º56'52.840") - Volume Diário 750,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230008119-NQA. CA-318-00229. Processo DAAE 9800021 - Extrato de Portaria 6528/23.

Fica outorgada, em nome de ADRIANO ALBERTO NYSSEN, CPF/CNPJ 072.727.768-54, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de regularização de vazões, no município de Parapanema, conforme abaixo identificado:

- Barramento - Ribeirão Grande - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23º29'15.720") - Longitude O (48º44'12.460") - Prazo 13 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200014627-APG. Processo DAAE 9401426 - Extrato de Portaria 6563/23.

Fica outorgada, em nome de RICARDO DE PAULA MACHADO CUNHA, CPF/CNPJ 715.366.631-15, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Itaberá, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Ribeirão Camberá - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23º58'0.510") - Longitude O (49º9'12.200") - Volume Diário 1.250,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210006608-QD3. CA-352-00095. Processo DAAE 9408516 - Extrato de Portaria 6581/23.

Fica outorgada, em